

CADERNO ESPECIAL Os caminhos do desenvolvimento de Minas

"MAROLINHA" Boa parte dos consumidores não sentiu a crise

CartaCapital

POLÍTICA, ECONOMIA E CULTURA

www.cartacapital.com.br

Histórias de uma guerra civil

- Francisco Marcelo, morador da Favela da Maré, conta sua vida entre o tráfico e a violência policial
- Nos depoimentos de familiares de vítimas de chacinas, os efeitos da impunidade e do descaso

19 DE AGOSTO DE 2009

ISSN 1608-0027

0.0559

9 771308 669002

ANO XV N° 559 R\$ 8,40

9 771308 669002



COM CONTEÚDO

The Economist



ALEXANDRE BRUM/AG. O DIA

O morador Francisco Marcelo da Silva relata o inferno vivido pelos favelados expostos à violência dos traficantes, das milícias e da polícia

ANTES DE ESCREVER sobre o que quero, penso ser importante identificar a situação de violência do território do qual falo. A Vila do João, onde moro, e mais cinco favelas eram “dominadas” pela facção criminosa A.D.A. (Amigos Dos Amigos). Essa facção mais o CV (Comando Vermelho), o TCP (Terceiro Comando Puro) e os Milicianos, são responsáveis pelo domínio territorial que lhes garante o controle político, econômico e social das dezesseis comunidades que compõem o bairro Maré. Essa é a composição da disputa geográfica dos grupos armados em confronto no local.

Como se pode imaginar, a relação entre essas facções se dá pelo confronto armado na disputa por ampliação do controle territorial. O que acontece hoje na Vila do João,

e nas demais favelas que eram controladas pela facção A.D.A., é uma investida muito forte da rival TCP, que já dominou 50% do território antes controlado pela A.D.A. Essa mesma facção criminosa ainda tenta controlar os 50% restantes. Por sua vez, a rival A.D.A. tenta assegurar o que lhe restou e procura recuperar a parte que perdeu, sem muito sucesso até o momento.

Esse é um pouco do cenário atual. Não é preciso lembrar que são grupos com armas de grosso calibre e ávidos por vingança. Isso resulta numa constante troca de tiros e investidas sucessivas por diferentes grupos armados. Desses confrontos quem mais sai prejudicado são os moradores. Somos nós as vítimas. Os relatos e depoimentos são os mais tristes, preocupantes e trágicos que se possa imaginar.

Nunca antes, na minha história dentro da Maré, soube de tantas pessoas próximas vitimadas, de alguma forma, pelos confrontos entre facções rivais ou entre facções e a polícia. Recentemente morreu um senhor, morador da minha rua, conhecido como Russo. Ele foi obrigado a transportar traficantes em meio a uma imensa troca de tiros. A Kombi ficou sob fogo de traficantes rivais e ele veio a falecer. Muitos moradores se recusam a fazer esse trabalho forçado. O traficante mata quem se recusa ou somente leva o carro. Os moradores que têm carro agem assim. O Russo, infelizmente, foi apanhado no meio de um

Sob fogo cruzado

GUERRA CIVIL 1 | Duas facções do tráfico batalham incessantemente pelo poder da Vila Vintém, na Favela da Maré, no Rio de Janeiro

Calcula-se que cerca de 130 mil pessoas vivam no aglomerado de dezesseis favelas horizontais que compõem o chamado Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro. A ocupação começou nos anos 1940 com barracos de madeira plantados sobre palafitas que deram lugar às construções de alvenaria que se veem, hoje, em aproximadamente 800 mil metros quadrados. Os números são sempre grandiosos e precários. Quem trafega pela avenida Brasil, no entanto, pode calcular a dimensão dos problemas vividos por quem mora ali, às margens da normalmente fétida Baía de Guanabara.

A Vila do João, onde vive Francisco Marcelo da Silva, encontra-se num momento particularmente mais difícil. Há uma disputa acirrada entre os traficantes para saber quem se torna o "dono do pedaço". É um confronto travado pelos homens do poder paralelo, numa área onde o braço armado do Estado aparece de vez em quando para atirar mais lenha na fogueira.

Talvez pela esperança de conseguir sensibilizar as autoridades, talvez pelo medo de morrer e de tanto ver morrer os vizinhos, Francisco Marcelo fez um relato diretamente do front do que considera uma "guerra civil".

Até recentemente, a Vila do João

e cinco outras favelas, conforme ele conta, estavam sob domínio da facção Amigos Dos Amigos (A.D.A.), criada pelo traficante Celso Luiz Nascimento, o Celsinho da Vila Vintém. Ele dá ordens a partir do presídio de Bangu onde se encontra preso há muitos anos. Quando estava em liberdade, era aliado da facção Terceiro Comando (TC). Durante uma grande rebelião nos presídios do Rio em 11 de setembro de 2002, Celsinho teria facilitado o acesso de homens do Comando Vermelho, comandados por Fernandinho Beira-Mar, à galeria onde ficavam os presos do Terceiro Comando que foram trucidados. A traição pôs fim à cooperação entre a A.D.A. e o TC. Daí nasceu o Terceiro Comando Puro (TCP) sob o comando de Ney da Conceição Cruz, o Facão, que já tomou da A.D.A. metade do território na Vila Vintém.

Francisco Marcelo, que nasceu e cresceu na Vila Vintém, superou todos os obstáculos sociais erguidos à sua frente. Ele e mais quatro irmãos nasceram e cresceram ali. Criados pela mãe, falecida há dez anos, não conheceram o pai.

Morador apaixonado pelo bairro, ele está mergulhado na busca de solução para os problemas dos favelados. Como todos os moradores, ele tem medo e sabe que, a qualquer momento, pode se tornar uma vítima da violência.



CLAUDIA DANTAS/CIA DA FOTO/BG PRESS

tiroteio. Invadiram a Kombi dele e o forçaram a dirigir. Tem gente que deixa o carro e foge. Outros fingem que desmaiam.

Outro vizinho teve a casa fuzilada e invadida por traficantes que pensaram ter visto inimigos na casa dele. Ele tem mulher e filha pequena e sua mãe mora na parte de cima da casa. Um amigo meu teve a casa invadida por policiais e foi acordado com fuzil no rosto. São inúmeros os casos. São muitos os óbitos. São vários os feridos física, social e psicologicamente.

Domingo, dia 26 de julho, fiquei perdido em meio de uma troca de tiros travada na escuridão provocada por uma queda de energia e depois soube que um amigo tomou um tiro na perna. Meu irmão, "veterano de guerra", lembrou os tempos de palafita e teve de rastejar em casa para chegar aos interruptores e conseguir apagar as luzes e, assim, evitar um possível pedido de guarida por algum traficante. Isso é triste.

Na época em que havia as palafitas, os barracos eram de madeira e muito vulneráveis. Minha mãe, então, construiu um barril revestido de concreto por dentro. A gente deitava atrás do barril, apagava as luzes, desligava a televisão e ficava quietinho.

Pessoas inocentes, trabalhadores, pais de família, cidadãos. Todo mundo vê, arrancada de si, a esperança de uma vida melhor. Vivemos o risco iminente de uma morte violenta, sem ter a quem pedir socorro ou gritar por ajuda.

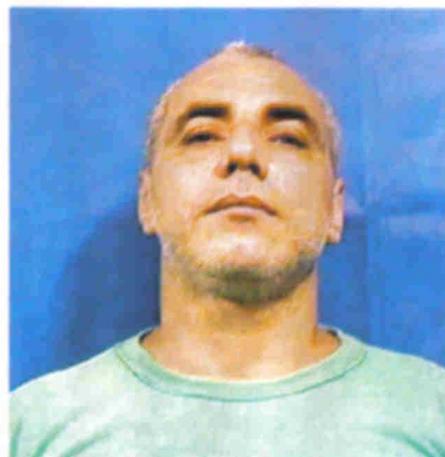
Esse é um medo que eu também tenho. Não é só o cara que mora ao meu lado que pode morrer atingido por uma bala perdida.

O morador da favela, hoje em dia, é, muitas vezes, colocado na mídia como conivente. O cara não é conivente, é convivente.

O que a gente precisa também é criar nos moradores essa cultura de procurar os direitos que têm. Nesse caso significa igualmente se manifestar contra o tráfico. Denunciar se souber que, por exemplo, alguém esconde armas na rua onde moram.

Mas quem ele pode procurar? Um grande problema é criado pela dificuldade de acesso aos meios legais. O favelado é um brasileiro de terceira classe ou, talvez, nem isso. É preciso abrir espaços para a manifestação da cidadania nas favelas.

Sempre me perguntam se o morador da Maré tem mais medo do traficante ou da polícia? Da polícia, com certeza. Não é preconceito contra o braço armado do Estado. Esse medo é resultado da política equivocada que o Estado adota. Eu falo da política



Os generais. Celsinho (acima) comanda o exército da A.D.A. O Facão, o exército do Terceiro Comando. Excita-os o espírito de vingança e dispõem de armas de grosso calibre

de confronto. Ou melhor, de extermínio.

O número diário de óbitos é muito maior do que o revelado oficialmente. É difícil quantificar as vítimas, os moradores, que a gente chama de "baixas civis". A gente só recebe a notícia: morreu um cara de bala perdida na rua tal, morreu morador na rua tal e assim por diante.

A gente lida diariamente com o cara do tráfico. A gente vê o cara na rua e ele vê a gente. Alguns a gente conhece, outros chegam de fora. Mas há, mesmo assim, um tipo de contato, de relação com o traficante, muito diferente do que há com a polícia. Para o policial, a favela é um território hostil. Ele não sabe distinguir entre quem é e quem não é. A polícia age baseada em estereótipo. Eu gosto de usar boné, eu gosto de usar bermudas. Por isso, a polícia pode me confundir com um traficante. Por que não?

Como exigir dessas pessoas um voto "consciente"? Como convencê-las a procurar os meios legais para reivindicar seus direitos se nem mesmo se veem como sujeitos corporificados de direitos? Cadê o

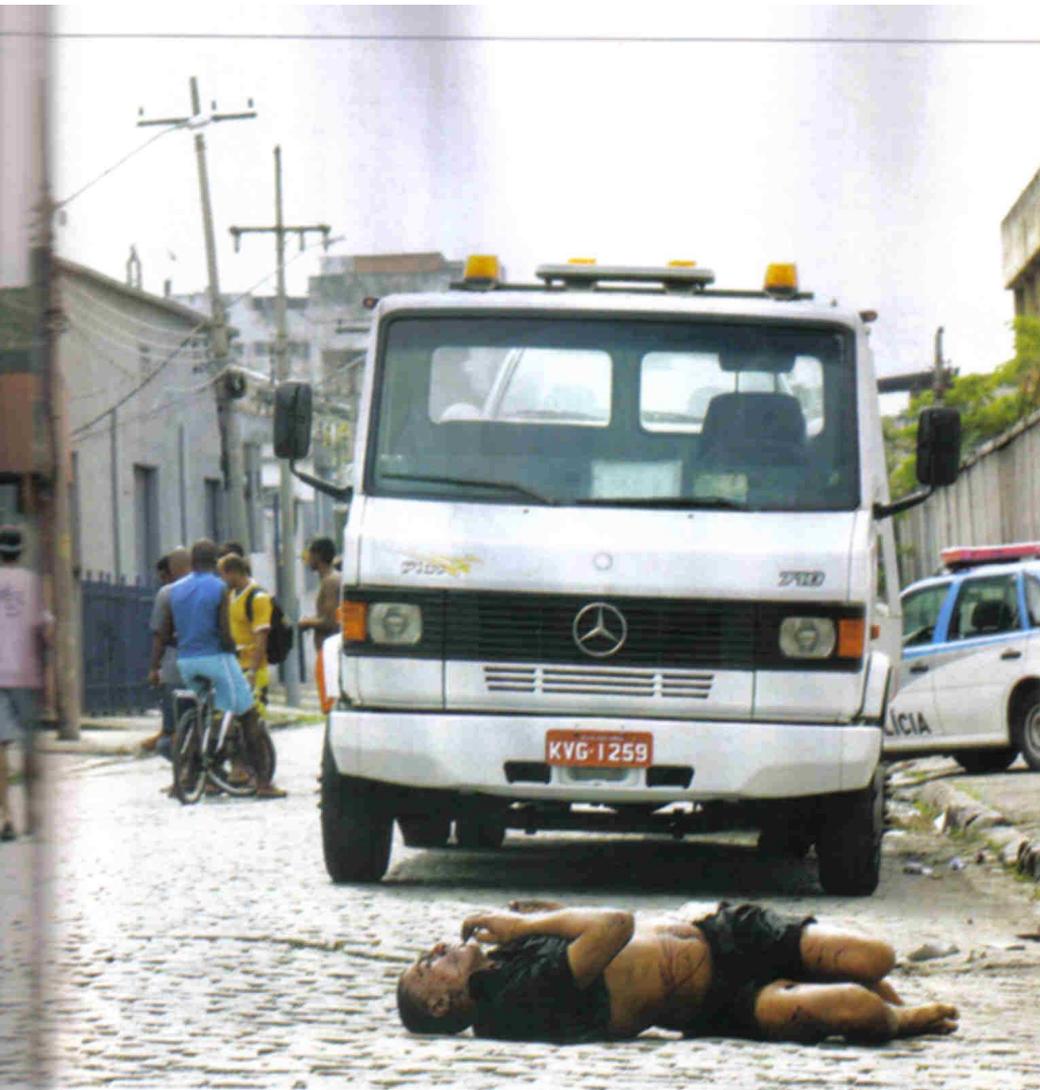


acesso aos instrumentos legais? Onde está o respeito aos Direitos Humanos? É necessário urgentemente criar meios de acessibilidade a mecanismos que garantam direitos primordiais, como o de ir e vir, e, principalmente, o direito à vida. Sem a garantia de acesso a esses mecanismos fica muito difícil mudar a cultura do macaquinho que nada vê, nada sabe e nada ouve.

Esses dias de luto e violência têm me levado a refletir mais sobre a favela. Por mais que a violência tenha crescido juntamente com as favelas, elas sempre tentaram manter o que têm de mais valor: a alegria e a força do seu povo. Mas só isso não basta.

Precisamos sair às ruas. Precisamos lutar por dignidade, por respeito, pela vida.

Ultimamente só vejo medo nos olhos das pessoas. Nem mesmo o baile funk tão necessário para descarregar nossas angústias e depressões existe mais. Está proibido pela polícia. Chegaram a ponto de proibir sua execução em festa domiciliar, nas favelas é claro. É repressão demais! Tenho andando assustado, quase não paro na rua, não



O morador tem medo da polícia, resultado da política equivocada do Estado. Para o policial, a favela é território hostil

As vítimas. O balanço diário de mortes é sempre muito maior do que o divulgado oficialmente

vejo meus amigos, me assusto com criança correndo, barulho de moto, gente gritando, com o silêncio. Silêncio esse que diz muito, muita coisa pra quem tem sensibilidade. Esperamos pelo dia em que a favela será reconhecida como espaço constituinte de nossa cidade. O Complexo de Favelas da Maré nem sempre foi assim e, por isso, acredito na volta da paz e com ela, a possibilidade de construirmos uma cidade una.

Sei que o baile funk é visto com muito preconceito pela sociedade rica. Sei também que o baile, ou o pagode que também proibiram, muitas vezes assume esse caráter de vinculação simbólica através da letra do funk. Isso acontece mesmo. Mas eu posso garantir que 90% da meninada que vai para os bailes tem a finalidade única de se divertir. É o lazer à disposição perto de onde vivem.

Não dá para proibir o cara do tráfico de entrar no baile. Ele também mora lá. A proibição do baile, no entanto, não é a saída. A droga, sem o baile, continua sendo vendida. O resultado é que a juventude perdeu um espaço de lazer.

Um espaço que, na favela, é pouco ou quase nenhum.

As meninas são as mais oprimidas nesse capítulo. Como o funk e o pagode estão proibidos, elas só saem para curtir uma praia ou, então, ir a uma lan house. A juventude acessa as páginas de relacionamento na internet. Mas isso é muito pouco.

Mantenho acesa em mim essa esperança, de ter uma vida melhor na comunidade. Essa esperança é o que me mantém na Maré até hoje. A gente tem um problema aqui que é o seguinte: se o cara entra para a faculdade, se tem uma ascensão qualquer, algum tipo de mobilidade social positiva, o primeiro passo que ele dá é na direção de sair daqui. Eu entendo. Criar um filho nessas condições em que vivemos hoje é difícil, complicado.

As crianças são as principais vítimas da cultura da violência. Elas jogam futebol ao lado de um cara que segura um fuzil. Elas crescem nesse mundo. Uma série de circunstâncias faz com que elas

se aproximem mais dessa realidade do que da possibilidade de estudar e cursar uma faculdade. É muita pressão dessa situação somada à pouca possibilidade que têm na vida. Graças a Deus, as crianças que se envolvem com o tráfico ainda são minoria. Mas seria possível evitar esse destino para essa minoria.

O trabalho que a gente faz é baseado no investimento na educação, para uma educação melhor, para que o índice de desenvolvimento econômico melhore, para que as pessoas tenham mais acesso à saúde. Trabalhamos para haver certa segurança e para que se possa politizar mais as pessoas e para que elas votem com mais consciência.

Se todo mundo que alcançar uma situação melhor desacreditar e sair daqui, a situação não vai melhorar nunca. Por isso eu insisto, trabalho, luto e fico.

- POR FRANCISCO MARCELO DA SILVA*

*Francisco Marcelo - Pesquisador do Observatório de Favelas do RJ e morador do Complexo de Favelas da Maré

Restam as palavras

GUERRA CIVIL 2 | Livro reúne depoimentos sofridos e agudos de familiares de vítimas de chacinas no Rio de Janeiro

POR ERIC NEPOMUCENO

O LIVRO *Auto de Resistência* (Editora 7 Letras, 162 páginas) reúne depoimentos de dezenove mulheres e dois homens. Elas são quinze mães, duas viúvas, uma sogra e uma irmã de vítimas da violência armada. Eles são um pai e um padrasto de um bebê e um jovem mortos. Sua participação é consideravelmente menor que a delas, mas nem por isso deixa de ser contundente.

Com duas únicas exceções, todas as vítimas foram assassinadas por policiais do Rio de Janeiro. Uma das exceções é um sobrevivente da Chacina da Candelária, em 1993, que conseguiu sobreviver à polícia duas vezes – na segunda, a um atentado – e hoje mora na Suíça. A outra foi um jovem de 16 anos, atropelado e morto por automóvel dirigido em alta velocidade por um juiz bêbado.

Os casos aconteceram entre 1990 e 2005. O livro fala, individualmente, de dezenove mortos e um sobrevivente, e trata de chacinas que resultaram em ao menos 70 mortes. No cenário de brutalidade instalado nas cidades do País, nenhuma das histórias relatadas no livro é exceção. Ao contrário: são parte de uma rotina bestial, casos que aparecem e desaparecem das páginas de jornais em um rodízio incessante, diante do silêncio

medonho da omissão e da aridez perversa da impunidade, a mesma impunidade essencial para que tudo continue como está. Contra isso se erguem as vozes das mulheres que fizeram este livro.

Mais que denúncia da violência brutal e impune, *Auto de Resistência* é o lamento continuado e digno de sobreviventes da desesperança (*alguns depoimentos estão destacados à pág. 28*). E também, e principalmente, o registro da experiência de um punhado de mulheres que não se resignaram à perda e à derrota, e decidiram que só valeria a pena seguir vivendo se fosse para lutar. Algumas se deram como missão de vida resgatar a inocência de seus mortos. Que seus nomes não fiquem no limbo dos suspeitos, que sua memória não seja ultrajada. Que se saiba que seus mortos não morreram em confronto entre marginais e policiais: foram executados a sangue frio.

Outras, ainda que admitindo que seus filhos tenham cometido delitos e crimes, lutam para que se determine a responsabilidade de quem decidiu pelas sentenças de morte. Que seus filhos ao menos tivessem direito à Justiça, e fossem condenados na forma da lei – eis aí, simples, tremendamente simples, a reivindicação dessas mulheres.

O livro, coordenado por Bárbara Muzumeci Soares, Tatiana Moura e Carla Afonso, faz parte do projeto de apoio a familiares de vítimas de chacinas,





Auto de Resistência é o lamento digno de sobreviventes da desesperança. E de quem ainda não se resignou

Quem escuta? *Patrícia exhibe a foto do irmão Marcus em um dos tantos protestos sem resultado*



desenvolvido pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Candido Mendes, do Rio de Janeiro, em parceria com o Núcleo de Estudos para a Paz (NEP), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. O simples fato de existir, ao amparo de uma universidade privada e em colaboração com um dos mais antigos centros acadêmicos da Europa, um projeto destinado a atender familiares de vítimas de chacinas ocorridas no Rio serve de ilustração de até que ponto a desembestada violência armada praticada pelas forças policiais tem efeitos devastadores.

E mais: essa violência é praticada à sombra de uma aberração jurídica, o "Auto de Resistência" nascido no antigo estado da Guanabara, em 1969, na esteira do Ato Institucional de número 5, o AI-5 da ditadura militar. O auto é o registro policial para mortes em confronto armado entre agentes da lei e "elementos suspeitos". E é frequentemente usado para encobrir matanças injustificadas.

No Rio de Janeiro, pesquisa recente indica que são registrados, em média, três autos de resistência por dia. Em

outras palavras: é utilizada essa figura esdrúxula para justificar o fato de que se cometam, em média, três execuções sumárias a cada dia que passa. Ausente do Código Penal, o Auto de Resistência foi criado por uma portaria há quatro décadas, e experimentou seu momento de glória durante o governo de Marcelo Allencar (1995-1998), do PSDB, quando agentes da lei chegaram a ser contemplados com gratificações a cada civil morto em operações policiais.

Como não poderia deixar de ser, as pesquisas indicam que a maior ocorrência desses Autos de Resistência se dá nas áreas mais pobres da cidade e dos municípios vizinhos. Cada vez que se examina uma pesquisa sobre a questão da segurança e da violência no Rio, os resultados são esclarecedores – e estarrecedores. Por exemplo: ao longo de 2008, para cada policial morto em operação morreram 43 civis. Fica evidente que, para essas quadrilhas fardadas e de gatilho leve e alegre, não existe diferença alguma entre criminosos e moradores de zonas pobres.

Claro que sempre resta às autoridades estaduais, de delegados ao governador, o argumento de que quando há confronto com criminosos a polícia tem todo o direito de se defender, ainda que ao custo de vidas humanas. A solidez cristalina desse argumento se desfaz quando se verificam as estatísticas oficiais: ou a polícia atira antes de perguntar ou os criminosos do Rio de Janeiro são os piores atiradores da história. Não fosse assim, outra seria a estatística, que vale a pena repetir: 43 civis mortos para cada policial morto em ação.

É desse tipo de violência – a praticada pelas forças de segurança – que trata o livro. É o lamento contínuo e indignado de mulheres e homens que tiveram suas vidas ceifadas pelas perdas de filhos, maridos, irmãos, genros, no turbilhão dessa perversidade impune. Mas não só o lamento: é também a história de superação da dor e da luta em que se embrenharam, sobreviventes do horror.

Na primeira parte do livro estão depoimentos que giram ao redor de imagens doloridas: a última vez que as vítimas foram vistas. A despedida de cada

mãe, de cada mulher, a imagem derradeira de quem se foi para sempre. Também nessa parte inicial, os depoimentos se estendem para o perfil da vítima, contam como receberam a notícia da morte (ou sequestro definitivo, metáfora para o assassinato), e o impacto dessa perda no cotidiano de quem ficou.

Cada depoimento é antecedido por um registro do que aconteceu. E é na forma distante, objetiva e até certo ponto fria em que esses registros foram escritos que reside seu maior impacto.

Por exemplo, na abertura que antecede o depoimento de Maria da Penha Sousa Silva e José Luiz Faria da Silva, pais de Maicon, morto aos dois anos e meio de vida por bala disparada por um policial militar: "Em 15 de abril de 1996, durante uma incursão policial na comunidade de Acari, Maicon de Sousa Silva foi atingido por uma bala perdida. O caso, registrado em Boletim de Ocorrência (número 102.396/96) na 39ª DP, resultou na abertura de Inquérito Policial, posteriormente arquivado".

Ou este outro: "No dia 10 de outubro de 1998, quatro jovens foram executados com 42 tiros, na Tijuca, por volta das três da manhã. Estavam num Santana e saíam do clube Malagueta, em



MARCOS TRISTÃO/AG. O GLOBO

A dor real Os crimes e as perdas, por Sirley, Márcia, Marlene, Maria...

"Na manhã do dia 1º de abril de 2005, vi a foto do meu filho estampada na primeira página. Então soube que o meu menino estava morto."

(Luciene Silva, mãe de Raphael da Silva Couto, 17 anos, assassinado na Chacina da Baixada Fluminense, em março de 2005)

"Meu filho saiu, teria que ter voltado e não voltou. A gente ficou procurando por três dias. No primeiro foi como se eu já tivesse perdido uma parte de mim. Com a notícia da morte dele, três dias depois, a gente caiu numa realidade em que não queria cair."

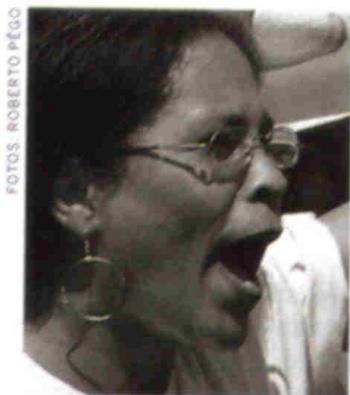
(Sirley Muniz Paulino, mãe de Bruno Paulino, 20 anos, assassinado pela Polícia Militar na Chacina da Via Show, em dezembro de 2003)

"A dor no peito era tão grande que parecia que eu ia enfartar. Foi quando ouvi dizer que policiais e traficantes teriam recebido 50 mil reais para sequestrar uns meninos em Vigário Geral e entregá-los aos traficantes de Parada de Lucas. Nesse sequestro estavam 13 jovens. Meu filho era um deles."
(Denise Alves Tavares, mãe de Douglas Roberto, 16 anos, sequestrado e desaparecido em uma ação conjunta entre traficantes e a Polícia Militar em Parada de Lucas, em dezembro de 2005)

"Meu filho ainda respirava. Ele me olhou, apertou a minha mão e morreu. Foi um pedaço que arrancaram de mim."
(Dulcinea da Silva Sipriano, mãe de Marcus Vinicius Sipriano

Andrade, 15 anos, assassinado por integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar em Queimados, na Chacina da Baixada Fluminense, em março de 2005)

"Henry tomou banho e se preparava para sair quando viiu que eu estava me arrumando. Perguntou: 'Mãe, aonde a senhora vai?'. E eu respondi, brincando: 'Ora, em vez do filho dar satisfação à mãe é a mãe que tem que dar ao filho?'. Ele riu e eu expliquei: 'Vou levar sua sobrinha ao médico'. Ele saiu. Eram mais ou menos dez e meia da manhã e essa foi a última vez em que vi meu filho com vida."
(Márcia de Oliveira Silva Jacintho, mãe de Henry Silva Gomes de Siqueira, 16 anos, assassinado por policiais em Lins de Vasconcelos, em novembro de 2002)



FOTOS: ROBERTO PÉGO

Luciene. Mãe de Raphael

M MÊS DE PROMESSAS ONDE ESTÃO A



Barbárie.

Denise (de cabeça descoberta), em 1996, quando a chacina de Vigário Geral fez 30 dias

eram seguranças do clube. Segundo o registro de ocorrência, os carros tinham sirene no teto”.

Impressiona em todos os depoimentos, inclusive em seus momentos reveladores de dor, indignação e inconformismo, o mesmo tom sereno de quem se ajustou a uma vida mutilada pela dor da morte e decidiu seguir lutando. A edição dos textos soube captar e preservar, à perfeição, essa sutileza dramática. Não há rancor, não há ressentimento nas palavras ditas por essas mulheres. Há, isso sim, uma grandeza dilacerante, a serenidade dos guerreiros solitários e obstinados.

A segunda parte do livro é o relato da sequência desse calvário: a imensa dificuldade em se fazer ouvir pelas autoridades, a luta muitas vezes inglória para resgatar a imagem real das vítimas, a necessidade de união dessas mulheres valentes e obstinadas.

Na introdução, Bárbara Musumeci

São Cristóvão. Tão logo partiram começaram a ser perseguidos por dois outros carros, um com cinco pessoas e outro com seis. Em sua maioria, eram seguranças do clube. Segundo o registro de ocorrência, os carros tinham sirene no teto”.

Soares esclarece: “Não é um livro de denúncias, tampouco um mero relato de tragédias individuais”.

Realmente, não é isso – ou melhor, não é apenas isso. É mais: é a constatação amarga de que a mesma polícia capaz de praticar toda essa brutalidade na maioria das vezes se mostra incapaz de investigar a fundo os crimes cometidos por seus integrantes. Que o Estado é incapaz de propiciar a essas mulheres os meios minimamente necessários para que consigam obter justiça contra os assassinos de seus filhos e maridos e genros. De como foi e é a luta dessas mulheres.

Então, muito mais que de denúncia e de relatos de tragédias, este *Auto de Resistência* é um livro de coragem e de dignidade, e deveria servir de razão de indignação para todos nós.

No começo do prefácio, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, um dos mais respeitados e respeitáveis lutadores pelos direitos essenciais do ser humano, diz: “Este é um livro diferente. Quem o ler sem se sentir abalado, comovido e revoltado, por certo perdeu a alma”. E termina dizendo: “Este livro é feito de vozes do mundo, vozes que clamam por dignidade, paz e justiça. A quem ficar insensível a essas vozes, peço que chore por si”. ●

“Quando veio ao Brasil, o Wagner tinha que ficar na Superintendência da Polícia Federal, trancafiado como se fosse em uma cela mesmo, com correntes. Não tinha janela, ele não via a luz do sol e ninguém devia saber que estava ali. Era tratado como prisioneiro.”

(Patrícia de Oliveira da Silva, irmã de Wagner dos Santos, sobrevivente da Chacina da



Patrícia. Irmã de Wagner

Candelária, ocorrida em 23 de julho de 1993, quando ele tinha 22 anos, e hoje refugiado na Suíça).

“Rosana viajou com mais dez jovens, quase todos moradores de Acari. No dia 26 de julho de 1990, por volta das nove da noite, eles foram retirados do sítio em que estavam e até hoje estão desaparecidos. O desaparecimento – porque pobre desaparece, não é sequestrado – foi registrado na delegacia local. Por que é que eu continuo na luta? Porque não tem como voltar atrás.”

(Marilene Lima de Souza, mãe de Rosana de Souza Santos, 19 anos, assassinada por policiais na Chacina de Acari, em 1990)

“Na volta para casa, com a namorada e mais um casal de amigos, aconteceu o pior. Entre três e meia e quatro da manhã, os quatro jovens foram cruelmente

assassinados, dentro do carro, com mais de 40 tiros. Até hoje estão impunes os assassinos. Onde está a Justiça deste País?”

(Maria José Batista da Silva, mãe de Carlos André Batista da Silva, 23 anos, assassinado por policiais na Chacina do Maracanã, em 10 de outubro de 1998)

“Eu não conseguia entender como é que se some com 11 pessoas, como é que é isso... Eu não entendia nada de nada, eu nunca tinha ido a uma delegacia para nada. Acari era tido como o lugar mais perigoso da cidade. E aí, como é que você vai conseguir que os policiais façam uma investigação? Quer dizer, não se conseguia chegar a uma delegacia e denunciar um desaparecimento sendo de Acari.”

(Marilene Lima de Souza, mãe de Rosana de Souza Santos)

“Eu tinha de provar, de qualquer



Elizabeth. Sem Renan e Rafael

maneira, que o Renan e o Rafael não eram bandidos, que não estavam envolvidos em nada. Quem morava no meu bairro sabia disso, mas quem ouvia falar do caso, não sabia. Não é fácil colocar policiais na cadeia.”

(Elizabeth Medina Paulino, mãe de Renan Medina Paulino, 13 anos, e Rafael Medina Paulino, 18, assassinados na Chacina da Via Show, em dezembro de 2003)